

A luta popular pela moradia

Entrevista com Luís Gonzaga da Silva (GG),
do Movimento de Moradia do Centro – MMC

por HECTOR BENOIT *

A questão da moradia em Marx e Engels

O problema da moradia da classe trabalhadora foi discutido por Marx no primeiro livro de *O Capital*, particularmente, no capítulo XXIII, “A lei geral da acumulação capitalista”. Marx sustenta neste capítulo, como lei geral da acumulação capitalista, que quanto mais se desenvolve a acumulação de capital, a situação do trabalhador tende, paradoxalmente, a piorar. A acumulação de capital corresponde antagonicamente à acumulação da miséria. Como escreve ele: “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”.¹ Se essa conexão interna entre a riqueza e a fome, que caracteriza o modo de produção capitalista, nem sempre aparece como evidente, sendo perceptível somente para os que se aprofundam nas questões econômicas, isto não ocorre, diz Marx, no entanto, em um domínio específico, justamente aquele da questão habitacional. Como explica Marx: “Qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço, que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores”.² Em seguida, Marx ilustra, longamente,³ essa lei geral da acumulação capita-

* Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.

¹ *O Capital*, livro I, p. 210, Abril.

² *Ibidem*, p. 219.

³ Da p. 219 até o fim do capítulo, p. 259, ed. cit.

lista, descrevendo a situação deplorável da classe trabalhadora inglesa, sobretudo, expressa na questão da moradia. Observa ele que as “melhorias” urbanas que acompanham a chegada dos capitais nas grandes cidades, “mediante demolição de quarteirões mal construídos, construção de palácios para bancos, casas comerciais etc., ampliação de ruas para o tráfego comercial e de carruagens de luxo, introdução de linhas de bondes puxados por cavalos etc., expulsam evidentemente os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos”.⁴

Podemos dizer que hoje, passado mais de um século, essa situação mudou? Certamente não. Sem dúvida, a mesma situação persiste, mas agora em escala mundial. Na época de Marx, esse quadro valia, sobretudo, para Londres, para algumas outras cidades da Inglaterra e para algumas poucas cidades da Europa. Hoje, com a economia mundial globalizada, mais de metade da população mundial mora em submoradias. Famílias inteiras de quatro, cinco ou até mais pessoas amontoam-se em casas de um ou dois cômodos, sem higiene e sem privacidade. Barracos e casas precárias, favelas e cortiços, quando não as próprias ruas, foi a solução capitalista para a habitação da classe trabalhadora. Mesmo em Paris, Tóquio, Londres e Nova York – metrópoles dos países dominantes da cadeia imperialista mundial –, existem os “sem-teto” que dormem sob os viadutos e nos parques. Sabemos bem o que ocorre nas regiões periféricas, como América Latina, África e Ásia: planos e sistemas habitacionais se sucedem, governo após governo e, na verdade, sob a promessa da casa própria para todos, desviam-se enormes verbas públicas para outros fins. Enquanto a maioria da população vive o pesadelo crônico de não ter onde morar, como no século XIX, continuam sendo construídos palácios para os bancos (vide a Avenida Paulista em São Paulo), casas comerciais de luxo (os shoppings), as ruas continuam sendo ampliadas para o tráfego comercial (as vias expressas e os viadutos), se não para carruagens de luxo, agora para automóveis particulares, se não se introduzem linhas de bondes puxados por cavalos, constroem-se os fantásticos túneis de metrô. Ao mesmo tempo, enquanto se realizam essas “melhorias”, como na época de Marx, prossegue-se “a expulsão dos pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos”.

Portanto, parece pouco provável que o capitalismo vá algum dia resolver o problema da moradia popular. Na verdade, a moradia é um problema estrutural do modo de produção capitalista. Apesar de a moradia ser uma necessidade básica e mínima para a sobrevivência do ser humano, assim como o direito ao trabalho (ainda que alienado) e o direito a um salário (ainda que

⁴ *Ibidem*, p. 219.

reduzido), mesmo essas necessidades mínimas, o capitalismo não é capaz de satisfazer. Nesse sentido, a luta pela moradia (junto com aquelas do direito ao trabalho e da defesa do salário) ao mesmo tempo que é uma luta imediata e mínima da classe trabalhadora, é também uma reivindicação *transitória para além do capitalismo*, pois jamais será satisfeita nem mesmo parcialmente pelo modo de produção capitalista.

Esse desenvolvimento, em certo sentido, já foi previsto por Engels nos seus artigos sobre a questão da moradia. Nesses artigos, escritos em 1872, para o *Volksstaat* de Leipzig, Engels polemiza com as posições proudhonianas que, na luta pela moradia, caíam nas ilusões pequeno-burguesas da “bênção da casa própria” e que, como faziam na questão agrária, propunham a transformação de todo operário em proprietário, proprietário na área urbana de uma casa, proprietário na área rural de um pequeno lote de terra. Engels procura mostrar o caráter justamente reacionário, utópico e assim ilusório que significa esse programa de casa própria para a classe trabalhadora. Ou seja, se a luta pela moradia é fundamental para a classe trabalhadora, limitar essa luta pela moradia aos parâmetros do regime de propriedade capitalista é atrelá-la a um projeto pequeno-burguês, filantrópico e inviável. Engels, naqueles artigos do *Volksstaat*, procura justamente mostrar que o desenvolvimento capitalista, tanto nas cidades como no campo, entra em contradição frontal com esse projeto de transformar os trabalhadores em proprietários. Sendo assim, para Engels, a solução do problema da moradia da classe trabalhadora seria inseparável da luta pela revolução social.

Movimento de Moradia no Centro – MMC

Hoje, no Brasil e particularmente nas grandes metrópoles como São Paulo, com o aumento avassalador do desemprego, a questão da moradia para a classe trabalhadora atinge níveis de gravidade que ultrapassam de longe o já bárbaro quadro descrito por Marx, aquele da Inglaterra no século XIX. No entanto, sem dúvida, as causas estruturais dessa situação, tal como foram descritas por Marx e Engels, em grande parte se conservam, assim como se conserva como esclarecedora a polêmica dos “marxistas” com os “proudhonianos”, o confronto entre um programa revolucionário e um programa pequeno-burguês na luta pela moradia.

Essas observações nossas, em relação ao Brasil, são em grande parte ilustradas e confirmadas pela entrevista que a *Crítica Marxista* realizou com Luís Gonzaga da Silva, o GG, que há mais de dez anos milita nas lutas pela moradia em São Paulo. Atualmente, GG é dirigente do Movimento de Moradia no Centro, o MMC, movimento que vem realizando diversas ocupações de edifícios públicos e terrenos ociosos no centro de São Paulo, constituindo-

se num grande pólo não só da luta pela moradia como também da organização urbana dos trabalhadores e desempregados numa perspectiva claramente revolucionária e socialista. O companheiro GG é também um dos coordenadores da Central dos Movimentos Populares, organização nacional que procura centralizar as diversas lutas populares que hoje são travadas no Brasil.

CM – Antes de entrarmos diretamente na questão da luta pela moradia em São Paulo e do movimento que você lidera, o MMC (Movimento de Moradia no Centro), você poderia contar um pouco sobre o seu percurso político anterior, isto é, antes da sua atuação no movimento pela moradia?

GG – *Nasci na cidade de Catolé do Rocha, lá na Paraíba. Participei do movimento estudantil e participei de movimentos rurais, lá no Nordeste, nos finais dos anos 1960: 67, 68, 69. Fui preso, quando saí da prisão, então, imediatamente não tive como atuar politicamente. Veio a ação da ditadura militar, começa o período mais pesado da ditadura militar. No auge da ditadura militar, quando se cria o AI-5 e outros bichos, a atuação nossa se limitava, para quem estava na cadeia, a fazer leituras, ou quem estava fora, cercado pela ditadura, não tinha mais o que fazer a não ser esperar o tempo passar. As atividades que a gente tinha na época, quando começou a dar para fazer alguma coisa, eram tentar organizar os trabalhadores do campo, ao mesmo tempo, paralelo a isso, tentar a organização do movimento estudantil. Isso deu um respaldo grande para que alguns jovens daquela época viessem a se tornar, no futuro, líderes de alguns movimentos.*

CM – Quando foi possível retomar propriamente a militância de maneira mais sistemática?

GG – *Aí, veja, no início de 74, eu tinha muita resistência ainda de sair do Nordeste e em especial da Paraíba, porque achava que tínhamos alguma coisa a fazer lá, mas não tive alternativa a não ser vir embora para o Sul, tanto pela questão da perseguição política como pela questão da sobrevivência pessoal; vim para o Sul, no início de 74. Chegando a São Paulo encontrei um pessoal que fora militante, militaram junto comigo lá na Paraíba, e vi que a posição deles não era de continuar mais a militância e sim de continuar amigos, mas buscando uma vida já meio pequeno-burguesa. Eu próprio fiz concurso no Banco do Brasil, no Banco Mercantil, cheguei a passar, mas*

adoeci e aí nem assumi. Logo fui, no entanto, para o trabalho pesado, fui para a construção civil, trabalhei dois anos e meio na construção civil, e de lá para cá foi uma caminhada bastante pesada. Trabalhei em fábricas, em diversas categorias. Conheci as organizações clandestinas de militância política. Briguei muito por uma linha classista e fui expulso de uma dessas organizações juntamente com o grupo de Paulo Skromov. Passei então a atuar sistematicamente no movimento sindical. Militei então em várias categorias sindicais: vidreiros, coureiros, fui da direção do sindicato dos coureiros, na época do Skromov, tive uma ligação muito próxima também com a categoria dos gráficos...

CM – Como você com tanta experiência política e sindical começou a militar no movimento popular pela moradia? Como foi essa transição?

GG – *Fui para o movimento de moradia, já na região central de São Paulo, quando se lutava não por casa, mas para combater as altas taxas públicas: água, luz, IPTU. Isso 15, 16 anos atrás. A organização espontânea se fazia dentro dos casarões; cada casarão se organizava para ir cobrar e reivindicar na prefeitura, que era lá no Ibirapuera. Os moradores de favelas e cortiços tinham problemas. As contas eram muito altas, os aluguéis não eram tão altos, mas tinha um problema crucial: me lembro que eu próprio paguei de aluguel 125.000 cruzeiros e paguei de água, luz, IPTU, 175.000 cruzeiros, quer dizer, num mês eu pagava menos de aluguel do que de tarifas públicas. O dono ou explorador do imóvel cobrava o que queria de água e luz, e não apresentava comprovantes. Existia uma exploração muito grande e essa exploração era de uma forma violenta, quem reclamava, logo os caras cortavam a cabeça, logo os caras acabavam com ele. Quando participei de uma primeira manifestação, foi interessante. Eu estava por outro motivo, lá no Ibirapuera. Não me lembro se tinha ido na Assembléia Legislativa pela luta sindical ou coisa do gênero, mas vi que estava tendo uma manifestação lá na prefeitura. Fui ver o que estava acontecendo e era um movimento de favela, de uma periferia, devia ser da Zona Sul, porque tinha muita gente. Isto foi por volta de 1984, há mais de dez anos. Eu vi que era muita gente, faixa, cartaz, fui dar uma olhada. Os coordenadores do movimento, lembro, eram um companheiro e uma companheira, estavam dando o resultado das negociações dizendo: “olha, a questão do IPTU a prefeitura se compromete a fazer uma discussão para ver por que está tão alto, mas a água e a luz não é com eles, é com a Cia. de Luz e Sabesp”. Saí dali e fui embora, cheguei no cortiço onde morava e uma semana depois comecei a organizar o pessoal. No fim de semana mesmo conversei com os companheiros e vimos que as contas de água e luz eram muito altas, mais altas que o aluguel. O pessoal*

falou que nós tínhamos de ir à prefeitura, eu falei, não na prefeitura, água é na Sabesp da região e luz, na regional. Nós fomos nos informar e descobrimos que a Sabesp era a da regional da Sé, na avenida do Estado, e fomos lá. Talvez tenha sido este o primeiro grande ato de moradores, foram umas duzentas e cinqüenta, trezentas pessoas. Isso foi em 1984. Saímos do cortiço, que era na esquina da João Teodoro com a Avenida do Estado e fomos a pé mesmo. Lá fomos atendidos por um cidadão muito simpático. Olha, disse ele, “estão vindo no lugar certo” e fez um levantamento mostrando que estava errado o valor da conta. O movimento começou assim a crescer espontaneamente.

CM – O movimento pela moradia no Centro começou a crescer, portanto, a partir da questão das tarifas públicas, a partir das próprias necessidades imediatas dos moradores, a partir de certa espontaneidade? Mas já existiam setores mais organizados atuando nessas questões?

GG – Na época, 1984-85, ainda era um começo para o movimento. Existia certo movimento espontâneo dos moradores de cortiços, mas já participava, mais organizado, o pessoal da Igreja. Eu, não sendo ligado à Igreja, tinha certa dificuldade, até porque eu era de um radicalismo muito grande, “a esquerda se juntando com o pessoal da Igreja não tem nada a ver”, dizíamos então. Eu, no entanto, a uma certa altura, disse: “não, eu vou trabalhar com quem está fazendo trabalho de massa”. Comecei a perceber a importância política do movimento popular e particularmente da questão da moradia. Daí surgiram as minhas primeiras divergências com certos setores da esquerda: eu acreditava que onde está a massa é preciso que a esquerda esteja presente. Comecei a ter contato com a Igreja da Ponte Pequena que organizava o pessoal. Existiam vários pequenos movimentos se constituindo, brigando exatamente pelas mesmas coisas que a gente brigava. Daí começamos a participar. Através de uma moça que se chama Elizabete, chegamos ao pessoal da Gaspar Garcia (centro de direitos humanos), que fazia também essa luta. Daí a gente ficou alguns anos caminhando com esse movimento que não era movimento propriamente de moradia, mas sim de luta pelos direitos dos moradores explorados. Depois nós descobrimos que não era importante brigar só pela questão das taxas de água, luz e IPTU, apesar de que foi interessante, num primeiro momento, e valeu a pena, porque essas taxas baixaram mesmo. Organizados, obrigávamos os proprietários a mostrarem as tarjetas, e apesar de muita gente, em punição, perder a moradia, as tarifas cobradas, em geral, baixaram mesmo. O que de imediato beneficiou muita gente, sobretudo, a população de cortiços que já era muito grande em São Paulo, milhares de pessoas.

CM – Assim o movimento conseguiu uma vitória localizada importante contra os proprietários dos imóveis, mas eles não reagiram de alguma forma?

GG – *Sim, sem dúvida, isto é a regra geral da luta social. Os proprietários não se conformaram. Se os aluguéis antes eram relativamente baixos, com a nova situação, com a organização dos moradores controlando as tarifas públicas, os proprietários responderam com a subida abusiva dos aluguéis. O imóvel que você pagava 125 mil passou a 300, 350, 400 mil, quer dizer, o que os proprietários perderam com o nosso controle na água e na luz, eles passaram a tirar nos aluguéis que subiram absurdamente. Naquela época, a inflação era de 1.000 por cento ao ano, então os proprietários aumentavam o que queriam. Aí todos perceberam, mesmo o pessoal pouco politizado, que precisávamos avançar mais ainda na nossa organização. Foi então que criamos oficialmente um movimento de moradia. Criamos o Movimento de Moradia no Centro, o MMC, que está na luta até hoje e que vem conseguindo diversos resultados. Passamos a cadastrar as pessoas do movimento, passamos a realizar assembleias sistemáticas, estabelecer regras disciplinares e realizar ocupações em imóveis ociosos, sobretudo, imóveis públicos. Somos centenas de pessoas em diversos imóveis e milhares cadastradas no movimento.*

CM – Como foi a relação do movimento pela moradia com o governo do PT, que governou a prefeitura de São Paulo?

GG – *Em 1991, no governo popular e democrático entre aspas, da Luiza Erundina, ocorreu de fato o que nós mais chamamos de “concreto” no movimento de moradia na região central: houve um avanço substancial. Mas não por benefício direto do governo. Foi a nossa organização que cresceu. Criamos um movimento que se chamava-se ULC, Unificação das Lutas de Cortiço, que inclusive existe até hoje. Fui dirigente, coordenador-representante por dois mandatos da ULC, que foi criado em 1991. Esse movimento realmente foi importante nas nossas lutas, porque mesmo num “governo democrático e popular”, o governo da Luiza Erundina, fomos obrigados a lutar muito e a fazer ocupações (por isso coloco aspas no “democrático e popular”). No entanto, se nós formos ver, as únicas unidades habitacionais que foram construídas e dirigidas diretamente para a população moradora de cortiço, estas ocorreram no governo da Luiza Erundina. Quando o Covas foi prefeito, naquele mandato de três anos que o povo chamava de mandato “tampão”, naquele mandato ele construiu 28, 30 unidades na região da Mooca, da Leste-1. Mas no governo da Luiza Erundina foram construídas 45 unidades habitacionais na Mooca e mais 182 unidades na Celso Garcia. Essas 227 unidades construídas pelo governo da Luiza Erundina fazem uma grande diferença, sobretudo, do governo de Paulo Maluf e do governo de Celso Pitta.*

Sem dúvida, durante o governo do PT, os movimentos populares, e particularmente, de moradia, tiveram uma ascensão naquele momento. Mas, por outro lado, a burocracia do governo petista, pela própria maior proximidade política, conseguiu, quando não atravancar os avanços do processo, conseguiu cooptar várias lideranças populares importantes e aí o que aconteceu? No final do governo, com a derrota do Partido dos Trabalhadores para o PPB de Paulo Maluf, ficou todo mundo perdido, desbaratinado e acabamos recuando. Qual foi o problema? Primeiro: todas as lideranças mais fortes estavam no governo, em gabinetes, sejam das regionais ou de vereadores. Aí o problema: como é que esse povo com a derrota ia agora sobreviver? Muita gente ficou desempregada. Segundo: muitas lideranças se afastaram do dia-a-dia do movimento e se afastaram assim da massa.

CM – Então um governo mais à esquerda como o da Luiza, com as concessões que às vezes realiza, funciona como uma espécie de cavalo de Tróia no movimento? Cria ilusões, coopta lideranças e no fim, como balanço, enfraqueceria a organização do movimento popular?

GG – *Veja, além de se perder as moradias que não foram construídas e que não foram ocupadas, durante o governo “popular”, se perdem lideranças importantes para a burocracia, que no fim do mandato se vêem desempregadas, sendo obrigadas a deixar a cidade, o Estado. Conclusão: no fim do governo a situação do movimento popular é lamentável. Isso ficou claro na passagem do governo da Luiza para o governo do Maluf, tivemos esse problema. No começo do governo do Maluf, os movimentos populares tentaram dar uma resposta política. No início, fizemos grandes acampamentos na frente da prefeitura, fizemos grandes atos com 5, 10, 15 mil pessoas, mas Maluf se restabeleceu enquanto prefeito, e com a estrutura da Guarda Municipal ele quebrou o poderio de força dos movimentos, além de fazer muitas promessas. Logo no final do primeiro ano, o povo começou a acreditar no governo Maluf, começou a ter aquela ilusão. Então vieram quatro anos sem nenhum avanço, quatro anos com os movimentos sendo massacrados, foi uma relação muito ruim. Assim também no governo Celso Pitta; inicialmente, foi uma relação que não foi muito ruim, foi razoável, mas sem avanços. Ou seja, estamos terminando o governo Celso Pitta, passamos pelo governo Luiza Erundina, pelo governo Maluf e até hoje o que foi feito para resolver o problema urbano da moradia no Centro? Foram construídas poucas unidades habitacionais na região central da cidade de São Paulo. Se contarmos o aumento da população necessitada, proporcionalmente, nada foi feito, o problema da habitação só se agravou. Os governos que aí passaram não têm uma política habitacional para a grande massa da população.*

CM – Mas, nesse sentido, qual a avaliação que você faz da estratégia de luta do próprio movimento popular? Foram cometidos erros? O processo poderia ter sido diferente, poderia ter tomado outro rumo?

GG – *Qual é a avaliação que eu faço? Sem dúvida, todo o processo poderia ter sido diferente, se nós do movimento popular, durante o governo da Luiza Erundina, enquanto governo chamado de “governo democrático-popular”, tivéssemos aproveitado o espaço democrático para avançarmos. Poderíamos avançar, se tivéssemos, como visão hegemônica, aquela da organização direta das massas, e colocássemos firmemente a perspectiva de construirmos os conselhos populares, conselhos democráticos. Nós, enquanto movimento popular, fora do governo e independente dele, talvez então tivéssemos tido condições para organicamente darmos uma resposta ao governo do Paulo Maluf ou, muito mais, se se tivesse apostado firmemente na construção dos conselhos populares, talvez não tivéssemos nem sequer perdido a eleição. Para nós dos movimentos, de qualquer forma, fazer essa avaliação é difícil. No entanto, eu talvez, por minhas convicções e por minha experiência política, estou convencido de que a transformação da sociedade não passa pelas eleições, e sim pelas organizações de massa, pelas organizações populares. No entanto, uma coisa se liga à outra. Nesse sentido, eu avalio que se tivéssemos organizado os conselhos populares, talvez tivéssemos força, independentemente do processo eleitoral, de enfrentarmos e vencermos o governo Paulo Maluf. Eu faço essa avaliação, sempre fiz, não estou fazendo hoje, depois de alguns anos, logo lá, no final do governo Erundina, eu disse: “Com a preocupação eleitoral, vamos justamente perder a eleição para o que existe de pior que é o Paulo Maluf, e depois vamos perder terreno nas diversas lutas populares”. Foi o que ocorreu.*

CM – A partir dessa avaliação e dessa visão estratégica, parece que você vê a reivindicação pela moradia como um elo no interior de uma luta social muito mais ampla. Você poderia explicar essa posição do Movimento da Moradia no Centro e como ele se diferencia dos outros movimentos pela moradia existentes?

GG – *Realmente, a moradia para nós relaciona-se diretamente com as experiências e lutas dos outros movimentos sociais. Inclusive, nesse sentido, nós do MMC temos alguns problemas difíceis, difíceis até de explicar, com alguns outros movimentos de moradia. Alguns movimentos vêm a moradia pela moradia. A visão dos companheiros é mais ou menos assim: você conquistou a moradia, você realizou a sua vida, você realizou o seu sonho.*

CM – Trata-se do sonho ideológico da casa própria, a “bênção da casa própria”, sonho muito explorado pela ideologia burguesa e que reaparece nos setores pequeno-burgueses que atuam no movimento popular.

GG – *Sim, de fato. Nós do MMC não vemos assim. Nós do MMC avaliamos que a importância do movimento de moradia está em apontar para todos, mesmo para o morador de rua, de que ele pode ser um cidadão. E o cidadão que luta por cidadania e dignidade, que quer ter isso aí, a moradia, percebe na moradia o endereço primeiro da cidadania, mas precisa também do salário para se manter como cidadão ou cidadã. A moradia é, assim, apenas o começo necessário (e fundamental) para que tenhamos o endereço para nos dirigirmos. Daí podemos conseguir trabalho, podemos conseguir o salário para nos mantermos. Mas para se ter cidadania e dignidade não é só necessária moradia digna, não é só necessário salário digno, são necessários ainda saúde, educação, transporte, lazer.*

CM – A moradia é, assim, apenas a reivindicação mínima que abre o caminho e que permite continuar a luta por uma série de coisas mínimas, uma série de coisas mínimas que, no entanto, a sociedade capitalista não atende e não é capaz de atender. Pode-se dizer que a moradia, ao lado do emprego e do salário, seria uma espécie de reivindicação transitória, uma reivindicação que parece mínima, mas que, na verdade, é máxima?

GG – *Sim, para muita gente e para muitos movimentos, a moradia é tudo, nós dizemos que não. A moradia, no entanto, é um pólo fundamental de mobilização popular, as pessoas querem ter um endereço, querem ter direito a um teto. Cabe a nós, dirigentes dos movimentos de moradia, representantes de movimentos populares, dizer para ele ou para ela que a moradia é o endereço para onde você pode se dirigir para começar a conquistar a cidadania e a dignidade. Mas isso é apenas o começo, porque você tendo a casa e não tendo um emprego com salário digno, você não vai ter com que pagar sua casa. Você ter casa e emprego, mas sem ter um salário razoável, não dá para ter saúde, educação, creche para os filhos, direito ao lazer. A casa não é assim nem cidadania nem dignidade, é começo de um longo caminho. E muita gente, inclusive alguns políticos, inclusive dentro da esquerda e dentro do Partido dos Trabalhadores, faz essa grande confusão na cabeça do povo e que nós combatemos. Nós não estamos dizendo que somos contra ter a casa, queremos ter a casa. A importância da casa é um ponto de referência para todo cidadão, toda cidadã. Mas achamos que essa relação não pode ser uma relação da casa pelo sonho da casa própria.*

CM – Como o MMC vê a relação deste movimento pela moradia com outros movimentos populares? Sabemos que você participa também da direção da Central dos Movimentos Populares, CMP, então você poderia comentar um pouco a relação do MMC com outros movimentos sociais?

GG – *Sim, o MMC é filiado à Central dos Movimentos Populares e como você viu aqui, nos edifícios ocupados e acampamentos, nos momentos de luta usamos a bandeira da CMP. Esta organização começa a tomar pé a partir deste segundo mandato. Constituída enquanto central, ela teve alguns momentos em que esteve bem mais forte enquanto força central. No primeiro mandato ela teve algumas baixas, mas hoje teve algumas altas. Ela já consegue aglutinar em nível nacional alguns movimentos que de fato fazem a luta na sociedade. Participam da CMP os diversos movimentos dos sem-teto de vários estados, movimentos de cortiço, diversos movimentos de saúde, de educação, movimento negro e movimentos de gays e lésbicas. Mantemos relação constante com os companheiros do MST, mas não é uma relação interna à CMP. Em relação ao MST, somos companheiros que têm muito respeito uns pelos outros, mas ainda temos algumas dificuldades de ter uma relação mais interna CMP-MST. Eu, no entanto, sou defensor que hoje a principal parceria que nós temos de levar adiante, até pelas dificuldades que nós atravessamos e que os companheiros do MST atravessam, pela perspectiva de vida que os companheiros do MST defendem e que nós defendemos (ainda que não todos da CMP), a principal parceria deve ser feita com os companheiros do MST. Esses companheiros avançam na discussão e na prática, enquanto outros companheiros ficam muito só na discussão do dia-a-dia.*

CM – O MMC e a CMP têm relação ainda com outros setores sociais e com o movimento sindical?

GG – *Sim, sem dúvida. Tanto do ponto de vista prático como teórico, temos tido relações com diversos setores. Participamos das discussões maiores, das questões políticas e sociais mais amplas. Nesse sentido, têm sido freqüentes as nossas parcerias com estudantes de arquitetura, de sociologia, estudantes de direito, alguns intelectuais de esquerda mais avançados que acreditam na mudança através das lutas e por conta da CMP temos parceria com a CUT. Fizemos parceria com a CUT, CMP, MST, e estudantes em um Fórum, que se chama Fórum Nacional por Terra, Trabalho e Cidadania, que levou 100 mil pessoas a Brasília. Isso tem nos aproximado muito de uma parceria no dia-a-dia com os movimentos. Por conta da nossa participação na Central, por conta da nossa participação nos movimentos de moradia essas parcerias têm acontecido com maior facilidade.*

CM – No caso do movimento estudantil, como se dá essa relação do MMC com os estudantes? Qual a relação dos estudantes com a luta pela moradia?

GG – *Veja, o MMC tem tido uma relação não com o movimento estudantil, mas sim com grupos de estudantes. Particularmente, o pessoal de arquitetura se interessa pela nossa luta pela moradia. Colaboram em projetos de reformas dos edifícios ocupados e têm ajudado muito. Eu avalio que estes são jovens que acreditam que é possível outra sociedade, que acreditam que é possível a transformação da sociedade, e estão apostando neste movimento pela moradia como um dos caminhos da longa luta. Eu acredito que o movimento estudantil no mundo passou por momentos históricos importantes, numa época, conseguiu colocar todos e todas no barco das mudanças e avanços, podem ter sido mudanças menores e limitadas, mas ocorreram mudanças. Quando mais recentemente o movimento estudantil veio à tona na década de 1960, e depois na década de 1970, eu avalio que foi muito importante, provocou mudanças e abriu a cabeça e os olhos de muita gente (inclusive da esquerda). Historicamente me parece que o movimento estudantil foi, teve aquele seu pico e desceu, sendo seguido depois por outros movimentos.*

CM – De fato, o movimento estudantil foi muito importante, por exemplo, no Brasil, na década de 1970, no processo inicial de luta contra a ditadura.

GG – *Sim, mas depois vieram as grandes greves, os movimentos populares, os movimentos contra a carestia, etc. O próprio movimento sindical do ABC foi e desceu. Hoje o MST está no seu pico, não acredito que perderá a sua força. Na medida em que aumenta o desemprego e que a crise social se aprofunda, o MST vai se fortalecer, assim como todo o processo de mobilização popular. Veja, com o aumento do desemprego, da miséria e da falta de perspectiva nesta sociedade, hoje, novamente começam a apontar dois movimentos, dois movimentos vão tomando pé: o movimento popular (que luta pela sobrevivência imediata) vai se fortalecendo e, ao mesmo tempo, começa a ressurgir o movimento estudantil, pois a juventude vê que esta sociedade está esgotada.*

CM – De fato, agora tivemos os acontecimentos no México, cerca de quinhentos estudantes presos, conflitos com a polícia, e quase nada foi noticiado na imprensa brasileira. Talvez já temendo e sentindo essa possível aliança entre o movimento popular e o movimento estudantil que começa a ser vislumbrada. Mas você falou agora sobre os desempregados. No caso, você considera que o movimento pela moradia, indiretamente, é uma forma importante para organizar os desempregados?

GG – *Veja, os desempregados, como dizem os intelectuais, “esse imenso exér-*

cito de reserva”, são fruto de uma política econômica selvagem que o capitalismo imprime à classe trabalhadora do mundo, não é fruto da modernização; para mim, o desemprego é estrutural em relação ao capitalismo. Tanto é que se se resolver o problema do desemprego pela estrutura, se resolve o problema da própria classe trabalhadora. Mas o desemprego, é realmente uma dificuldade muito grande que se enfrenta no movimento pela moradia. Grande parte dos militantes nossos está na economia informal, sem registro ou sem ganhar nada. Metade da nossa população do movimento está na economia informal. Alguns com carteira assinada. No nosso meio, na luta pela moradia, temos ex-bancários, ex-professores, ex-metalúrgicos da Ford, da Mercedes, da Volkswagen, Fiat, ou seja, nós temos no nosso meio trabalhadores qualificados, os melhores profissionais possíveis, inclusive até mesmo alguns que tiveram microempresas. Assim, o movimento pela moradia acaba sendo de fato um canal forte, um grande canal de organização dos desempregados, pois eles, os desempregados, já não participam mais do movimento sindical, de campanhas salariais etc.

CM – Diante dessa visão geral que possui o MMC, expressa por você na entrevista, parece claro que, para o MMC não existem soluções a curto prazo quanto à questão da moradia. Existiriam até tendências de agravamento do problema?

GG – *Para nós do MMC, enquanto persistir essa política selvagem neoliberal, a tendência é realmente de se agravar muito mais o problema da moradia. Isto a tal ponto que os movimentos de moradia terão de repensar a sua forma de atuar, porque o povo vai cansar de ir na CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), de ir na Secretaria de Habitação do Município, de ir na Secretaria de Habitação do Estado e ir na porta do governo e fazer atos na porta do prefeito e ir para Brasília. Vai chegar um momento em que o povo vai se cansar desses métodos de luta e já está se cansando. Nesse sentido, nós temos um exemplo agora que mostra claramente isso: quando nós iniciamos as caravanas para Brasília, até a quarta, quinta caravana de São Paulo, conseguimos 110, 130 ônibus de caravana da luta pela moradia. Todo ano uma, estamos no oitavo ano, já em 1993, 1994, nós pusemos em Brasília, só do estado de São Paulo, 100 ônibus. No entanto, hoje, apesar do problema estar muito mais agravado, para levar 10 ônibus, temos a maior dificuldade possível, isso porque muita gente se cansou de ir em atos, em caravanas, sem nada acontecer de fato. Se a pessoa tem a visão da luta da moradia pela moradia, com o decorrer do tempo, ela vai desistir dessas caminhadas. Por isso, nós do MMC mostramos desde o início aos companheiros que a caminhada é longa, que pensar na moradia pela moradia, sem pensar na transformação da sociedade, sem pensar em eliminar o regime*

capitalista, sem pensar que a mera reforma do Estado burguês não resolve, é uma grande ilusão. Existe até o livro de Rosa Luxemburg, Reforma ou Revolução, que já colocava bem o problema: nós, como ela, ficamos com a revolução, mesmo porque não basta e não adianta fazer uma ou outra reforma no Estado burguês. A questão social é como um câncer que, se tratado parcialmente, reaparece pior e mais grave. Isto ocorre na questão da moradia e nas outras necessidades básicas da população: desemprego, saúde, educação.

CM – Nesse sentido, que papel você acredita que pode ter o movimento pela moradia para maiores transformações?

GG – Não tenho dúvida que na visão histórica da transformação da sociedade os movimentos populares, não só os de moradia, mas os movimentos populares similares, poderiam cumprir o papel de soviets (isto é, de conselhos revolucionários). Vejamos, por exemplo, aqui na região central, não temos o movimento de saúde forte, não tem o movimento de transporte forte, mas tem o de moradia que é forte. Com certeza, o movimento pela moradia cumpriria aqui o papel de organizar um conselho na região central. Da mesma forma, em outros bairros poderiam surgir, conselhos apoiados também no movimento pela moradia, às vezes, com os outros setores. Eu acredito que, em situação de ascenso, os movimentos populares têm essa condição de organizar a sociedade, provavelmente de forma mais radical até que o movimento sindical.

CM – Há uns meses saiu nos jornais que numa noite teve um processo em São Paulo de ocupação de edifícios envolvendo cerca de cinco mil pessoas. Como foi isso?

GG – Sim, de fato, em uma noite só, ocorreram sete ocupações e aí estavam envolvidas diretamente cinco mil pessoas, contando os membros das famílias, pais, filhos, mães. Por isso que eu disse que a importância dos movimentos populares é enorme. Neste momento, se os movimentos populares estivessem mais organizados, todos organizados com a perspectiva de transformação da sociedade, o que iria acontecer? Estas ocupações não teriam sido reprimidas em curtíssimo espaço de tempo. Isto porque os diversos movimentos poderiam dar sustentação e dariam substância para que aquelas cinco mil pessoas se fortalecessem dentro daquelas ocupações, ou mesmo preparando novas ocupações. Mas, por enquanto, ainda existem ações relativamente isoladas e eu combato dentro do nosso movimento e fora do nosso movimento que o movimento pela moradia não pode caminhar sozinho, tem de caminhar com sua política própria, mas sempre buscando a questão da fraternidade, da solida-

riedade com os outros movimentos. Se você não se preocupar com a solidariedade aos outros movimentos, quando faz as ocupações não consegue se sustentar e não consegue continuar no caminho.

CM – Encerrando a entrevista, você poderia comentar um pouco a “batalha” do prédio ocupado da rua Líbero Badaró, na região central da cidade de São Paulo, na qual vocês resistiram por mais de dez horas mesmo diante da ordem judicial, da PM e do pelotão de choque?

GG – *Para nós, esse processo não foi uma vitória, mas foi, sem dúvida, uma conquista. Na desocupação do prédio da rua Líbero Badaró, assim como em outras ocupações em que nós estamos, nós resistimos, criamos problemas e vamos criar problemas para o poder público, para os governantes desse país, porque nós estamos lutando por coisas mínimas e justas, eles não querem dar e por isso nós estamos nos preparando para um combate maior. Essa resistência é fruto de uma organização interna do movimento e dos trabalhadores e trabalhadoras dentro das ocupações, não é fruto de uma concessão do governo que foi “bonzinho”. Em outras ocupações, de outros movimentos, que vêm acontecendo no dia-a-dia, as coisas têm ocorrido de maneira diferente: a polícia chega, o oficial de justiça bate na porta e o pessoal sai. Por quê? Porque falta a questão da organicidade interna dentro da ocupação e do movimento; nós trabalhamos essa questão desde o primeiro dia da ocupação ou até antes, desde o momento que você prepara a ocupação até o despejo, como aconteceu na Líbero Badaró. Se nós não estivéssemos organizados para aquela resistência de dez horas, o governo não teria cedido o terreno que finalmente cedeu para o pessoal morar. No máximo, o governo teria dito para primeiro sair do prédio ocupado e depois então prometeria voltar a conversar. O que tem acontecido com outros movimentos: primeiro sai e depois conversa. Conversar o quê? Evidentemente, em geral, fica só na promessa. No nosso caso, foi diferente. Por que houve a resistência? Primeiro, porque a nossa relação com a sociedade talvez seja um pouco diferente da dos outros movimentos de moradia. Aparentemente, de fora, parecem divergências de grupos que são todos quase iguais. Mas, na prática, se vê que isso não é verdade. Ali, no dia da desocupação do prédio da Líbero Badaró estavam presentes várias lideranças de outros movimentos, ali estavam presentes companheiros de outros segmentos da sociedade (da Igreja, estudantes, fotógrafos, intelectuais, jornalistas), ampliou-se lá fora a nossa segurança com todos esses companheiros e lá dentro com a nossa organização, sabíamos que nós não estávamos sozinhos. Tomamos então a decisão que era de só sair dali com alguma conquista, poderia não ser uma vitória, mas algum avanço. Decidimos conquistar e nós conquistamos o terreno, que foi*

cedido pelo governo do Estado. Nesse terreno, hoje, o pessoal está acampado (agora com promessa da construção de um centro habitacional). Na nossa avaliação, sem dúvida, nós avançamos. Não fomos despejados, como ocorre com outros companheiros, sendo levados para o CETREN (albergue). Conosco eles não se atreveram a propor essas migalhas, que já ofereceram a outros movimentos. Diante da nossa organização e da nossa resistência, foram obrigados a negociar e conceder algo.

SILVA, Luís Gonzaga da. A luta popular pela moradia. Entrevista concedida a Hector Benoit. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.157-172.

Palavras-chave: Luta popular; Moradia; Movimentos sociais; Marx; Engels.